

Os percalços do trabalho com arquivos: Reflexões sobre a ida ao arquivo Altivo Sette

Doutoranda Lílian Cristiane Moreira¹ (UFJF)

Resumo:

Ao estudarmos a obra do escritor são-joanense Altivo de Lemos Sette Câmara (1908-1982), que se encontra espalhada por diferentes locais (públicos e privados), encontramos algumas barreiras que dificultaram o processo de ida a este arquivo. O fato de esta obra estar protegida por diferentes arcontes, em diferentes arkhêions e ter sofrido diferentes processos de domiciliação (Derrida, 2001) propiciou alguns dos percalços com os quais nos deparamos. Tendo, enfim, ultrapassado as barreiras e chegado aos documentos espalhados, procuramos reuni-los virtualmente através de fotografias digitais, compondo assim um arquivo virtual. Tendo passado por tal experiência, surge a possibilidade de refletirmos um pouco sobre o processo de ida aos arquivos - principalmente àqueles compostos por documentos dispersos; sobre o conceito de arquivo e suas peculiaridades; além de refletirmos sobre o trabalho com arquivos no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: arquivos dispersos, digitalização, obsolescência.

Introdução

A ida aos arquivos é uma atitude recorrente hoje em dia entre os pesquisadores. Entrar em um acervo de um escritor talvez seja mais emocionante que o conhecer pessoalmente e, no máximo, conseguir um autógrafo seu e uma foto a seu lado. No acervo, entre tantos documentos, encontramos particularidades, intimidades que só o acervo pode propiciar. É como entrar na alma do escritor e ler suas entranhas. Essa é a sensação que surge quando se entra, por exemplo, no Acervo de Escritores Mineiros da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Entre cartas, coleções, biblioteca pessoal, quadros, temos as máquinas em que datilografavam suas obras, os óculos que usavam, o fardão da Academia de Letras, o quadro das mulheres semi-nuas que serviam de inspiração, a caixa de madeira onde eram guardadas as cartas dos amigos, o porta-retratos, as canetas com que escreviam. Tudo isso distribuído pelas mobílias pessoais, que recriam o ambiente em que viviam e trabalhavam. É como conhecer a casa de Abgar Renault, de Henriqueta Lisboa, de Cyro dos Anjos, de Murilo Rubião, de Oswaldo França Júnior. Com o auxílio dos funcionários do acervo e o cuidado necessário, o pesquisador viaja para o tempo e o mundo do escritor. Essa é a ida perfeita aos arquivos.

Segundo Reinaldo Marques (2003), os escritores mineiros, no século passado, tinham uma tendência a se arquivarem, prova disso se encontra no Acervo mencionado acima. Havia uma espécie de compulsão arquivística que fazia com que colecionassem recortes de jornais, guardassem papéis e documentos, organizassem manuscritos e correspondências, como que prevendo as futuras idas a seus arquivos. Alguns escritores, como Carlos Drummond e Abgar Renault, trocavam recortes entre si, davam informações sobre seu trabalho um para o outro. Um se encarregava de arquivar o outro, que oferecia material pessoal, contribuindo para construir seu próprio arquivamento. “Ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país” (MARQUES, 2003, pg.150). Essa citação de Marques corrobora a idéia de Derrida (2001) de que o arquivo não se refere apenas ao passado, mas se projeta para o futuro. Apesar de Derrida estar refletindo sobre o conceito de arquivo e eu me referindo ao arquivo como algo concreto, essa sua colocação se aplica à idéia desenvolvida, pois é no futuro que o arquivo será pesquisado, analisado e estudado. Vejamos algumas de suas palavras: “O arquivo, se queremos saber o que

isto teria querido dizer, nós só o saberemos num tempo por vir, daqui a pouco ou talvez nunca”. (DERRIDA, 2001, p. 50-51).

No entanto, nem todos os escritores se arquivaram. Nem todos pareceram prever ou querer a ida a seus arquivos. O que acontece então quando um pesquisador se interessa por um escritor não muito conhecido e que não teve a preocupação de se arquivar? Quando a família do escritor não possui material para pesquisa? Quando a obra do escritor encontra-se espalhada por jornais que circularam na cidade há décadas? É quase que contar com o acaso. É preciso realizar um trabalho como o do arqueólogo, que procura, procura, procura e, quando encontra, trabalha cuidadosamente na limpeza e manipulação de seu achado.

Foi o que aconteceu quando, em 2004, ao ingressar no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), propus-me a analisar a obra do poeta e jornalista são-joanense Altivo de Lemos Sette Câmara. Alguns poemas de sua autoria, publicados em um jornal de São João del-Rei, chegaram até mim pela recomendação de um amigo. Tendo lido e gostado dos poemas, surgiu a vontade de conhecer e analisar sua obra. Seu arquivo, no entanto, não estava acondicionado em um acervo de fácil e cômodo acesso como os dos escritores acima mencionados. Além de seus escritos estarem espalhados pela cidade, estavam em sua maioria distribuídos em jornais que circularam em São João del-Rei durante grande parte do século passado. Ao propor a pesquisa, eu somente sabia que havia a coleção do jornal **Diário do Comércio**, na Biblioteca Municipal de São João del-Rei. Foram mais de trinta anos de jornal diário para pesquisar. Foram semanas de ida a esse acervo para buscar Altivo Sette e resistir à tentação de me demorar um pouco mais na história do país e do mundo, que passava por mim através daquelas páginas. Como o processo de busca pelo autor era apenas um dos passos de minha pesquisa, pois logo em seguida eu partiria para o trabalho de análise da obra, e o tempo de realização de um trabalho de mestrado é um tanto curto, tive que me conter diante das notícias que se me apresentavam a cada página.

Eu soube, enquanto realizava minha pesquisa, que Altivo Sette havia publicado também no jornal **Ponte da Cadeia**, sucessor do **Diário do Comércio**. Só que não havia a coleção na Biblioteca Municipal, apenas alguns poucos exemplares. Foi nesse momento que surgiu o desafio de trabalhar com um arquivo imperfeito². Era preciso enfrentar o risco de não encontrar material suficiente, cuja análise não fosse significativa o bastante para compor uma dissertação de mestrado. Como o jornal é um suporte bastante efêmero, muitas vezes lido e descartado, a possibilidade de eu não conseguir o que precisava era real. No entanto, uma vez ingresso no trabalho de arquivo, o pesquisador se vê de tal forma envolvido com seu trabalho, que podemos dizer que passa a sofrer do **mal de arquivo**, no sentido que nos explica Betty Fucks (s/d): a expressão “mal de”, em francês, se referia originalmente a uma mulher que sofria as dores do parto, que não podem ser controladas – *en mal d’enfant*, e passou a designar uma tendência irresistível para se fazer algo. O pesquisador, sofrendo desse tipo de *mal d’archive*, não resiste ao envolvimento que o arquivo propicia e mergulha com todo fôlego em sua tarefa. Jacques Derrida (2001) também explica que sofrer do mal do arquivo não significa necessariamente algo ruim, como o sentido que as palavras ‘sofrer’ e ‘mal’ carregam, mas ao contrário: “É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde” (DERRIDA, 2001, p.118).

A partir de então, sofrendo de tal mal, comecei uma busca por pessoas da cidade que poderiam possuir a coleção do jornal **Ponte da Cadeia** e que permitissem o acesso a essa coleção. Após alguns contatos, chegamos à família de Adenor Simões Coelho, diretor/editor do jornal. Fui recebida na residência da família pela viúva do jornalista, que permitiu que eu realizasse a pesquisa na coleção do **Ponte da Cadeia**. Durante algum tempo fui a esse arquivo particular em busca do escritor Altivo Sette.

Depois desse trabalho de pesquisa nos jornais, foi a vez de partir à procura de informações pessoais a respeito de Altivo Sette. Diante da ausência de dados pessoais do autor, procurei alguns sobrinhos do escritor que moram em São João del-Rei. Conversei com eles, obtive algumas infor-

mações e entrei em contato com o único filho de Altivo Sette, que mora em Belo Horizonte. Marcamos uma ida minha a sua casa, onde realizei com ele uma entrevista, além de ele ter me oferecido mais algum material sobre seu pai. Também conversei com a viúva de um amigo de Altivo Sette. Ela possuía bilhetes que Altivo e o marido trocavam diariamente.

Após esse processo de busca, veio o momento de reunir e preparar todo o material que consegui. Como eu havia fotografado todos os escritos encontrados de/sobre Altivo Sette, passei tudo para o computador e salvei os documentos de forma a facilitar minhas idas a esse arquivo virtual. Foi a vez de abrir cada foto e de, com as ferramentas que o computador nos oferece, realizar novamente o trabalho de arqueóloga: limpar, ampliar, escurecer, etc. Documentos reunidos e preparados, parti então para a análise da obra.

Tendo passado por tal experiência, surge a possibilidade de refletir um pouco sobre o processo de ida aos arquivos, seu conceito, suas peculiaridades e o trabalho com arquivos no mundo contemporâneo. Para tanto, buscarei respaldo em Jacques Derrida (2001) e suas reflexões sobre arquivo e **mal de arquivo**; Reinaldo Marques (2003) e Philippe Artières (1997) discorrendo sobre a idéia de arquivamento do escritor; Fausto Colombo (1991) e seu conceito de **arquivos imperfeitos**; Andreas Huyssen (2000) refletindo sobre o *boom* da memória e, portanto, dos arquivos, na era da tecnologia.

1 O não-arquivamento do escritor

Já mencionado na introdução, o texto de Marques (2003) aborda a questão do arquivamento do escritor, quando este evidencia a preocupação de se guardar. Ao trabalhar com os escritores mineiros que se encontram no Acervo da UFMG, Marques desenvolve essa idéia de auto-arquivamento. Segundo ele, quando o escritor se coleciona, quando preserva documentos, correspondências, textos críticos, etc., ele está ajudando a formar opinião sobre si mesmo, ou seja, ele mesmo ajuda nas interpretações que podem vir a surgir a partir da análise de sua obra ou de suas coleções. É como se escrevesse sua autobiografia e assim se construísse para si mesmo e para os outros. Não é o que acontece com escritores que não se preocuparam o mínimo com seu arquivamento. Estes, ou melhor, suas obras estão sujeitas a mais variada gama de interpretações, já que não foram conduzidas por nenhuma auto-preservação do autor.

O que pretendo não é discutir se as interpretações guiadas pelo autobiografismo são melhores ou piores do que aquelas que não têm a interferência direta do escritor. Pretendo, sim, refletir um pouco sobre as dificuldades da falta de arquivamento quando se parte em busca do arquivo de um determinado autor; principalmente quando se trata de um autor marginal, desconhecido, como Altivo Sette. No caso desse escritor, não é somente a ausência de auto-arquivamento, mas de arquivamento de modo geral, pois a família também não se preocupou em arquivá-lo.

No texto *Arquivar a própria vida*, de Philippe Artières (1997), o autor percebe três aspectos que contribuem para o arquivamento do eu. Segundo ele, primeiramente o indivíduo é obrigado a se arquivar, seguindo os ditames da sociedade: registros de nascimento, de estado civil, documentos, comprovantes de residência, históricos escolares, diplomas, etc. Deste auto-arquivamento ninguém escapa e, se não o faz, corre o risco de ser excluído, banido. “Para termos direitos sociais, um seguro social, é preciso apresentarmos arquivos: uma conta de luz, de telefone, um comprovante de identidade bancária. Sem esses documentos, somos imediatamente excluídos” (ARTIÈRES, 1997, p.5-6).

Acredito ser este tipo de arquivamento não muito relevante para o trabalho de pesquisa sobre um autor e sua obra. A não ser que o interesse seja montar a biografia do escritor, o que não é o nosso caso.

Em seguida, Artières diz sobre o costume que alguns indivíduos têm de preservar determinados objetos, papéis e documentos, que não sejam aqueles do arquivamento social acima menciona-

do. Aqui são objetos/papéis pessoais que as pessoas vão colecionando no decorrer da vida. Algumas pessoas têm o hábito de colecionar *tickets*, cartas, canetas, revistas, jornais. Com o tempo, alguns desses objetos/papéis são descartados, passam por uma fase de seleção, mas há sempre aqueles que permanecem para sempre. É o caso das coleções que encontramos no Acervo dos Escritores Mineiros da UFMG. Esses guardados constituem a forma que aqueles escritores encontraram para se arquivarem. Conscientes ou não de sua importância para o futuro, esses escritores se arquivaram, e a doação de seus arquivos para uma instituição de ensino como a UFMG possibilita o acesso continuado a esses nomes e suas obras.

A terceira forma de arquivamento do eu seria a narrativa de si mesmo. Escrita de diários, por exemplo, ou a organização de determinados objetos e papéis como se contassem uma história. O caso acima já se constitui uma autobiografia, mas aqui nos referimos a uma organização maior, uma linearidade mais determinada pelo próprio escritor.

Artières assim se refere à prática de arquivamento do eu:

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (ARTIÈRES, 1997, p.29)

No entanto, como já dissemos, há escritores que não se auto-arquivaram. É o caso de Altivo Sette. Ao partir em busca de seus escritos e chegar a seus familiares, tive a sensação de estar trabalhando com um sujeito totalmente alheio a essa questão de auto-arquivamento. O que não quer dizer que não seja, talvez, um deslize da família a ausência de objetos pessoais do autor, de seus manuscritos, de material inédito. Já tendo Altivo Sette falecido há vinte anos, é possível que seus pertences tenham se perdido com o tempo, que a família não imaginasse que alguém poderia se interessar pelo escritor, daí a perda do material.

Em conversa com o sobrinho mais velho de Altivo Sette, que se lembra de ter o tio morado um determinado tempo em sua casa, eu soube que o escritor jogava muitos de seus escritos fora. O sobrinho se lembra de chegar ao quarto de Altivo e ver bolas de papel amassado espalhadas por todo o quarto. Ao perguntar sobre possíveis objetos pessoais do escritor, seu sobrinho contou-me que o filho de Altivo, após a morte do pai, levou para sua casa tudo o que estava em São João del-Rei.

Parti então à procura do filho. Tendo me recebido muito bem em sua casa, o filho do escritor disse não ter muito material de seu pai. Segundo Antônio, esse é o nome dele, o próprio Altivo Sette não era uma pessoa que estimulava uma divulgação maior de seu trabalho, o que pode ter contribuído para que a família também não se preocupasse com isso. Mostrou-me e apresentou-me com alguns pequenos livros de poemas produzidos pelo próprio Altivo Sette, alguns dos quais eu já havia visto na casa de seus primos. Disse ter na casa de sua filha um ou dois quadros que o escritor havia pintado, dos quais, mais tarde, enviou-me fotos. Mostrou-me a escrivaninha de seu pai. Quando contei a ele minha pesquisa nos jornais e lhe indaguei sobre a possibilidade de a família ter mais material, o filho disse que com certeza eu havia reunido muito mais textos, porque a família não dispunha da coleção dos jornais onde seu pai publicava. Inclusive pediu-me uma cópia do material que eu havia conseguido. Ao ser indagado do motivo pelo qual ele não se preocupou em preservar os escritos de seu pai, Antônio disse:

Ninguém pode ser mais conhecido para você do que um pai ou uma mãe. Então você tem um convívio, uma vida muito intensa com eles. E você não se dá conta [de] que essa pessoa em suas relações com o resto da sociedade tem uma outra vida que para nós é, inclusive, desconhecida e às vezes nem interessa. Entendeu? Por quê? Porque a gente tem uma vivência já muito satisfatória como filho, por exem-

plo, como eu tinha com meu pai, que era um relacionamento muito bom, muito agradável, sempre foi. E isso para mim era suficiente. (CÂMARA, 2006 – entrevista.)

Ao explicar-me que seu pai não se preocupava com publicações, Antônio disse-me que Altivo Sette havia recebido um convite para publicar um livro de poemas pela Livraria Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, de cujo dono, Edson Moreira, era amigo. Altivo, no entanto, recusou o convite, pois, segundo o filho, ele não gostava de se autopromover. O único material dele que temos publicado em livros, constitui-se de alguns poemas datilografados pelo próprio Altivo Sette e reunidos de forma a montar pequenos livros de no máximo vinte poemas. Talvez fosse uma posição política de Altivo Sette de não querer se integrar à máquina capitalista. Antônio Sette ofereceu-me também um *cd* com algumas fotos digitalizadas de seu pai.

Altivo Sette representa os escritores que não se arquivaram e que ficaram à margem das legítimas. O trabalho com esse tipo de escritor, além de desafiante, é prazeroso. Quando o arquivo está disponível e reunido em um único lugar há certo conforto para o pesquisador, mas talvez não haja o prazer da busca. Pode ser também que quando trabalhamos com escritores como Altivo Sette, não tenhamos acesso a tantos objetos pessoais ou biblioteca ou, ainda, a manuscritos; mas vale a adrenalina da incerteza, o contato com os familiares e a consciência de que foi uma verdadeira busca pelo arquivo do escritor.

2 Arquivo, *arkhê*, *arkheïons*, arcontes

Em *Mal de Arquivo* (2001), antes de entrar na questão da psicanálise e sua possível filiação ao judaísmo, Jacques Derrida explica um pouco sobre o conceito de arquivo. Segundo ele, arquivo vem do *arkheîon* grego que significa domicílio, casa onde os magistrados superiores moravam e guardavam os documentos. É da necessidade de um lugar para se guardar esses documentos que surgem, então, os arquivos. Derrida chama esse processo de **domiciliação**. Os moradores desses domicílios, chamados *arcontes*, eram responsáveis, também, pela interpretação dos documentos. Eles possuíam o poder hermenêutico, eram eles que ditavam as leis. É através dessa idéia de **domiciliação** que surge a concepção de arquivo enquanto local, enquanto depósito onde se guardam documentos.

Entretanto, uma vez depositados em algum lugar, os documentos precisavam ser organizados. É novamente Derrida que nos explica sobre essa necessidade a que ele chama de **princípio de consignação**. Não bastava que houvesse um lugar de depósito e uma autoridade hermenêutica, era preciso que os documentos fossem reunidos de forma a compor um todo, uma sequência, uma ordem. “Num arquivo não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião” (DERRIDA, 2001, p.14). O arconte utiliza esse poder de consignação para ordenar, classificar, identificar os signos de forma a articular uma organização ideal.

Em meu caso, na busca pelo arquivo Altivo Sette, deparei-me com situações que me fizeram refletir sobre esses conceitos abordados por Derrida. Os escritos de Altivo Sette estavam espalhados por diferentes *arkheïons*, protegidos por diferentes arcontes e o princípio de consignação que eu procurava não havia. Eu precisaria reunir o arquivo Altivo Sette que se encontrava bastante espalhado. A consignação seria feita por mim à medida que eu fosse visitando os lugares e encontrando o material de que precisava.

A biblioteca municipal foi o primeiro domicílio em que encontrei material sobre Altivo Sette. Seus textos estavam espalhados pelo jornal **Diário do Comércio**. Nesse *arkheîon* público, os arcontes protetores não coincidiam com os arcontes hermeneutas. Sob a guarda da prefeitura, esse material podia ser disponibilizado para qualquer pessoa que se interessasse por ele. Eu me deparei

com vários pesquisadores interessados no mesmo jornal que eu, no entanto, buscando diferentes assuntos. Os protetores, no início, não puseram nenhum empecilho à minha pesquisa. No entanto, quando minha busca caminhava para o fim, os arcontes protetores, usando de seu poder de proteção, tentaram impedir minha ida aos jornais, sob a justificativa de que o material seria guardado até passar pelo processo de microfilmagem. De repente, me vi diante da possibilidade de minha pesquisa não se completar, mas, felizmente, isso não aconteceu. Diante da alegação de que o jornal ainda se encontrava em perfeito estado para o manuseio, mas não sem antes haver a intervenção de minha orientadora, pude enfim terminar minha pesquisa. Entretanto, caso eu precisasse, futuras idas a esses jornais talvez não fossem mais possíveis ou facilitadas.

O próximo *arkheion* a que recorri era realmente um domicílio, no sentido corrente da palavra de lar, moradia. Era a residência da família do diretor/editor do jornal **Ponte da Cadeia**. De um *arkheion* público, parti para um privado. Não havia, pelo que percebi, nenhuma intenção hermenêutica por parte daqueles arcontes, apenas uma intenção preservadora. Esses arcontes protetores organizaram o material e encadernaram quase todos os jornais de modo a formar grandes cadernos. No entanto, havia uma parte do material guardada em outro local da casa, de difícil acesso e, portanto, não pude pesquisar os últimos anos de publicação do **Ponte da Cadeia**. Talvez tenha havido esse problema exatamente por faltar, nesse caso, a reunião/consignação de que fala Derrida. Espalhados, os documentos não puderam ser totalmente pesquisados.

Até então, eu somente tinha encontrado arcontes protetores de documentos, mas, após a ida a esses dois arquivos, deparei-me com uma situação que me remeteu à explicação de Derrida sobre os arcontes originais, ou seja, aqueles magistrados superiores a quem cabia não só a proteção, mas também a interpretação dos documentos. Conheci uma pessoa que agiu como um arconte neste sentido da palavra. Alguém que possuía documentos sobre Altivo Sette, que a mim muito interessavam, e que, no entanto, utilizou-se de seu poder de arconte para negar-me o acesso a tais documentos. Como era um arquivo privado, não havia como reivindicar direito de acesso a ele. Tal pessoa alegou desejo de realizar ela mesma uma pesquisa nesse material. Seria ela o protetor e o hermenêuta de tais documentos. Depois de algum tempo, no entanto, ela resolveu disponibilizar alguns documentos, protegendo outros.

Esse fato lembrou-me novamente Derrida (2001) quando explica que a palavra *arkhê* carrega em si ao mesmo tempo a idéia de começo e a idéia de comando: **princípio ontológico** e **princípio nomológico** do arquivo, respectivamente. O primeiro diz respeito ao começo, à origem, à história. Já o segundo, ao qual dou destaque neste momento, diz respeito à lei, ao comando, à autoridade. É este princípio que podemos perceber presente em todas as situações a que me referi sobre minha ida aos arquivos Altivo Sette, principalmente no último caso, pois são os arcontes que estabelecem tal lei. Foram eles que permitiram ou não meu acesso aos arquivos. Foram eles que disponibilizaram ou protegeram os documentos de que eu precisava.

Entretanto, o **princípio nomológico** está presente também nas interpretações. A partir do momento em que me predispus a analisar a obra, quando me coloquei no papel de arconte hermenêuta, também fui possuidora do poder de interpretação. Tive a autoridade, advinda desse **princípio nomológico**, de dizer algo sobre o arquivo Altivo Sette, suplementando-o.

3 A pulsão de morte – um mal do arquivo

Ainda em Derrida (2001) encontramos a idéia de **pulsão de morte** relacionada ao conceito de arquivo. Segundo o autor, essa pulsão é própria do arquivo, pois este está condenado ao apagamento, ao esquecimento. Entretanto podemos pensar que tal pulsão é também a propiciadora do arquivo, pois é diante da idéia de destruição, de apagamento, de perda de algo que ele surge: um lugar ou suporte onde se guarda ou se preserva algo. Arquiva-se para não se perder. (Tomo a liberdade, no entanto, de ampliar aqui o conceito de **pulsão de morte**, relacionando-o ao caráter perecível dos

suportes, que, sejam eles quais forem, são deterioráveis. Por mais duráveis que sejam, em algum momento os suportes se perderão. O arquivo está, portanto, subjugado a essa **pulsão de morte** que rege os suportes, mas é essa mesma pulsão que engendrará a vontade de preservar o arquivo nos novos suportes. Como em um círculo vicioso, a **pulsão de morte** dos suportes leva ao desejo de preservação, que, por sua vez, estará constantemente ameaçado pela pulsão e assim por diante.)

A fim de que Altivo Sette não se perdesse, parti em busca de seu arquivo. Material encontrado, de repente me vi agindo como arquivista, preparando e reunindo os documentos, salvando-os em novos suportes. Enfim, foi o momento de agir como arconte no mais completo sentido da palavra: protetora e intérprete do arquivo Altivo Sette.

Depois que recolhi/fotografei o material encontrado, e diante da impossibilidade ou dificuldade de voltar a tais arquivos e enfrentar suas leis, comecei a preparar meu próprio arquivo Altivo Sette. Utilizei-me do poder de consignação referido por Derrida para organizar o material de que dispunha. Arquivista de Altivo Sette, eu agora era uma arconte desse material do qual ninguém mais dispunha tal como estava reunido. A partir de então, dona de meu próprio arquivo, passei a agir também como hermeneuta desse arquivo.

No entanto, salvo alguns poucos documentos, meu arquivo Altivo Sette era todo digitalizado, virtual, preservado em *cds*. Situação que, se hoje em dia é extremamente comum, há pouco tempo era inconcebível. Derrida comenta sobre o que teria sido da psicanálise se na época de Freud já existisse o e-mail. Hoje comentamos o que acontece com um arquivo diante de tantos avanços tecnológicos. Impossibilitados de serem manuseados ou xerocados, alguns documentos passam pelo processo de microfilmagem, outros são arquivados em *cd-roms*, outros ainda são fotografados por máquina digital e transferidos para um computador pessoal. Dessa forma, cada pesquisador pode ter o arquivo de seu interesse ao alcance das mãos. No entanto, ao mesmo tempo em que a tecnologia proporciona tais confortos ou facilidades, ela pode ser vítima de si mesma. Com o avanço incontornável da tecnologia, seus produtos se tornam obsoletos com extrema rapidez. Um *cd-rom* de hoje pode não rodar em nenhum aparelho daqui a alguns anos. Então podemos pensar na **pulsão de morte**, no sentido que lhe adiciono. Da mesma forma que é a possibilidade de esquecimento, de morte, que proporciona o surgimento de um arquivo, ela mesma perturba o arquivo, fantasmaticamente sugerindo seu fim.

A idéia de **mal de arquivo** elaborada por Derrida carrega em si essa possibilidade de anarquização. O próprio arquivo se anarquiza. O papel se desfaz com o tempo, a tecnologia sofre de uma obsolescência programada e a possibilidade de esquecimento sempre estará presente. O arquivo Altivo Sette que reuni, preservado em *cds* e em meu computador pessoal, pode se perder com o tempo. Ele será anarquizado e precisará ser reunido novamente no futuro por alguém que por ele se interessar. Mas haverá a possibilidade de recorrer ao mesmo material ao qual recorri? As leis que regem o arquivo possibilitarão um novo acesso a ele?

4 Arquivos modernos – arquivos imperfeitos

Andreas Huyssen (2000) discute essa questão da tecnologia e de seu avanço incontornável. Segundo ele, há nos últimos anos uma tendência irresistível à memorização pessoal. Esse arquivamento do eu já foi apontado por Philippe Artières, mas neste momento é um arquivamento diferente, movido pela tecnologia. Um *boom* da memória é possibilitado por filmadoras, máquinas digitais, computadores, celulares cada vez mais modernos. No entanto, confiantes demais nas máquinas, corremos o risco de sofrermos um *boom* de esquecimento. Arquivamos tanto material digitalizado que, se houver um *bug*, como o prometido para a virada do milênio, perderemos tudo e estaremos enfim condenados ao esquecimento. Huyssen reflete também sobre o acelerado processo de modernização tecnológica que faz com que um determinado produto envelheça dentro de um período muito curto de tempo.

Também Fausto Colombo (1991) desenvolve uma reflexão sobre os arquivos na época da tecnologia. Ele chama de **arquivos imperfeitos** aqueles que podem se perder por uma falha do computador, seja no momento em que o documento foi salvo ou no momento em que ele estiver sendo utilizado.

Após uma longa excursão pelos “sistemas de memorização contemporâneos ligados à tecnologia eletrônica e a forma-arquivo” (COLOMBO, 1991, p.87), o autor passa a refletir sobre as formas de esquecimento possíveis a partir da tecnologia. Segundo Colombo, há dois aspectos fundamentais relacionados a esse esquecimento: a escolha do material a ser traduzido em lembrança e a permanência da lembrança em seu lugar físico.

O primeiro aspecto diz respeito às escolhas que selecionam o que merece ou não ser memorizado e, portanto, o que merece ou não ser esquecido. Por esse processo, muito material já se perde no esquecimento. Sobre o segundo aspecto, Colombo explica a diferença entre a memória primária e a secundária e as aplica no âmbito tecnológico: a memória RAM equivale à memória primária, ou seja, de curto prazo; já a memória ROM equivale à secundária, ou de longo prazo. A memória RAM pode se perder por uma simples queda de energia, diferentemente da ROM, cujos programas nela instalados continuam no computador, mesmo depois da falta de energia. No entanto, nem por isso a memória a longo prazo é totalmente eficaz. Assim nos diz o autor:

Porém, atenção, é exatamente nisso [na tentativa de transformar a memória de curto prazo em longo prazo] que reside o mais agudo paradoxo da sociedade arquivística, pois não há memória a longo prazo que se mostre incapaz de esquecimento, sintoma de uma completude apenas ilusória e inatingível. (COLOMBO, 1991, p.96)

Não é raro, pois, acontecer de um computador parar de funcionar e perder todas as informações nele gravadas. Por alguma falha interna ele precisará passar por uma formatação completa. Também os suportes como filmes, *cds*, *dvds* são considerados de longo prazo, mas nem por isso estão salvos do esquecimento. O desgaste pelo uso, ou algum acidente relacionado à temperatura, poeira, líquidos, pode inutilizar o suporte levando o usuário à perda total ou parcial dos dados ali presentes. É o **mal de arquivo**, a **pulsão de morte**, perturbando as tecnologias modernas, assombrando os **arquivos imperfeitos**.

Colombo fala do esquecimento como elemento determinante da memória:

(...) talvez nenhuma sociedade precedente haja temido tanto o esquecimento quanto a nossa que quis combatê-lo até a raiz. (...) No fundo, porém, o problema tem a ver com o próprio estatuto da memória, pois nela o esquecimento sempre foi, historicamente, considerado elemento determinante. (COLOMBO, 1991, p.104)

No fim, tudo está condenado ao esquecimento, à morte. Meu arquivo virtual Altivo Sette pode se perder tanto quanto se perderão os jornais em que fui buscá-lo, os livretos em que publicou alguns de seus poemas, as fotos digitais que me dizem um pouco do que ele foi, até mesmo minha dissertação, que hoje funciona também como um dos suportes do arquivo Altivo Sette. O arquivo será, enfim, anarquivado.

Conclusão

Partindo de uma experiência pessoal com o trabalho em arquivo, propus-me uma reflexão sobre a ida ao arquivo de um escritor, quando seus documentos não se apresentam reunidos e depositados em um lugar apropriado para a pesquisa. Diante da necessidade de ter que eu mesma reunir o material da maneira como me era possível, ou seja, através de fotos digitalizadas, a reflexão caminhou para o âmbito da relação entre arquivos e tecnologia.

O trabalho com arquivo é, sem dúvida, envolvente. Remete-nos ao significado que Derrida atribui ao **mal de arquivo**. Aquele significado que se refere à paixão pelo arquivo, à compulsão de

buscar o arquivo onde quer que ele esteja. Uma vez envolvido no trabalho, o pesquisador vai a fundo, bate de porta em porta, enfrenta trinta anos de jornal diário para pesquisar, grava entrevistas, tira centenas de fotos de textos quase ilegíveis. Esse é um dos males do arquivo. É o lado bom do **mal de arquivo**.

Entretanto, deveria Derrida ter falado em males do arquivo, porque o mal pior é aquele que condena o arquivo a seu fim. É o mal causado pela **pulsão de morte**. É o mal que anarquiza qualquer tipo de consignação, que esvazia qualquer domicílio, que anula o trabalho dos arcontes, que inviabiliza qualquer princípio, seja ele ontológico ou nomológico. É um mal que não escolhe tempo: corrói a madeira, desmancha o papel, desgasta o *cd/dvd*, desconfigura o computador, enfrenta a tecnologia. E o arquivo se des/anarquiza, retorna ao caos original. Altivo Sette e Henriqueta Lisboa e Abgar Renault e Murilo Rubião e Oswaldo França Junior e Cyro dos Anjos poderão ser apenas um retrato na parede. Isso se os arquivistas não estiverem constantemente atentos ao avanço tecnológico, pois, se estiverem, um novo princípio do arquivo deverá ser instaurado: o de uma constante tradução do arquivo para os formatos tecnológicos mais modernos. Dessa forma, não haverá **pulsão de morte** capaz de aniquilar nossos arquivos.

Referências Bibliográficas

[1] ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. 1997.

Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>> Acesso em 06 ag. 2007.

[2] CÂMARA, Antônio de Oliveira Sette, 2006 – entrevista.

[3] COLOMBO, Fausto. *Os Arquivos Imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

[4] DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo – Uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

[5] FUCKS, Betty. *Adeus a Jacques Derrida*. 2004.

Disponível em: <<http://www.oedipe.org/po/actualites/adeusderrida>> Acesso em 17 jul.2007.

[6] HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

[7] MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In.: SOUZA, Eneida Maria de, MIRANDA, Wander Mello. *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

¹ **Lílian Cristiane MOREIRA, Doutoranda**
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
liliancm79@hotmail.com

² O conceito de arquivo imperfeito, embora tenha sido tirado de Fausto Colombo (1991), não é utilizado neste momento no sentido que este autor lhe atribui de arquivo que pode ser inutilizado, que pode se perder com o avanço da tecnologia. É usado aqui apenas no sentido de um arquivo espalhado, incompleto.